

POLÍTICA DE PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NO AMAZONAS NO FINAL DO SÉCULO XIX: O PATROCÍNIO E AS CONDIÇÕES TÉCNICAS PARA SUA PRODUÇÃO

CARLOS HUMBERTO ALVES CORRÊA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS).

Resumo

Estudos realizados por Escolano Benito (1997) e Choppin (2004) ajudam a reconhecer as especificidades das etapas que marcam a vida de um livro escolar. Cada uma dessas etapas pode ser tomada como uma porta de entrada para o exame isolado ou articulado de diferentes facetas de seu ciclo de vida (Darnton, 1990). Em meio às inúmeras possibilidades de investigação da história do livro didático, temos os estudos que orientam seu foco de interesse para o segmento da produção desse gênero de livro, analisando, por exemplo, as dimensões autorais, técnicas e materiais que cercam a sua fabricação. Dentro desta perspectiva, este trabalho realiza uma incursão sobre a produção de livros didáticos no Amazonas durante o final do século XIX e início do século XX, evidenciando o papel do Estado no fomento dessa produção e as condições técnicas instaladas em Manaus para a impressão dessa modalidade de impresso. Neste período, observou-se que a adoção de medidas de incentivo para publicação de obras didáticas implementadas pelos governantes locais e a modernização do aparato tipográfico regionais ajudaram a impulsionar o segmento de produção de livros didáticos no estado do Amazonas. As correspondências da instrução pública, os regimentos e regulamentos escolares e o Diário Oficial do Amazonas foram algumas das fontes privilegiadas para a realização deste trabalho.

Palavras-chave:

História do livro , Livros didáticos, Manuais didáticos.

Notas introdutórias

A segunda metade do século XIX pode ser percebida como um período marcante para o desenvolvimento do mercado de livros escolares no Brasil. Os movimentos em favor da expansão da escolarização da infância brasileira e da nacionalização dos textos escolares ajudavam a impulsionar a produção e venda desses livros. Em termos nacionais, Laemmert, Garnier e Francisco Alves[1], três grandes editores do período, tiveram papel de destaque no nascente e promissor mercado de livros escolares.

A forte presença dessas casas editoriais no setor de livros escolares pode ser atestada nos números apresentados por Bittencourt (1993) depois de levantar a origem editorial dos 318 títulos constantes no *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885. Segundo a autora, 44,2% desse montante foi editado por Garnier (21,5%), Lammert (12,3%) e Nicolau Alves (10,4%). Além de revelar a permanência de obras escolares produzidas por editoras estrangeiras (de origem portuguesa e francesa) no mercado nacional de livros didáticos, esse levantamento também indica que parte dessa produção encontrava-se fortemente associada às casas editoriais sediadas no Rio de Janeiro.

Em termos regionais, Tambara (2002) afirma que a produção de obras escolares surge ainda na primeira metade do século XIX em províncias como Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, mas "[...] é a partir da década de 80 que se tornam mais frequentes e na década de 90, em muitas províncias, se tornaram hegemônicas."(p.30).

Na região norte, o mapeamento realizado por Eidorfe Moreira (1989) lança algumas luzes sobre a produção didática do Pará durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, destacando um volume expressivo de obras de autores locais ou residentes na capital paraense, identificadas com os mais diferentes campos disciplinares. Boa parte dessa produção foi impressa no exterior (Bélgica, Itália, Portugal e França) e uma outra parte em Belém, através das oficinas tipográficas de editoras comerciais (Livraria Clássica) e oficiais (Instituto Lauro Sodré e Imprensa Oficial).

No caso do Amazonas, ainda estava por ser feito o levantamento das obras didáticas produzidas ao longo do período em estudo, razão pela qual decidimos realizar esse primeiro esforço de levantar essa produção.

Sob a proteção do Estado: os autores amazonenses e a composição de textos didáticos

As primeiras informações sobre a produção de livros escolares no Amazonas que conseguimos localizar encontram-se em um contrato celebrado, no dia 16 de fevereiro de 1875, entre o Tesouro Provincial e a Tipografia do Jornal *Commercio do Amazonas*. Através dele foi contratado o serviço de impressão de 200 exemplares do *Compendio que ensina o uso do sistema decimal* do Capitão Bacharel João Ribeiro da Silva Junior. Nas cláusulas contidas no referido contrato é possível identificarmos as exigências impostas ao contratado quanto ao prazo de entrega (*noventa dias, a contar da dacta da aprovação deste contrato*) e à qualidade da impressão (*devidamente brochados, aparados e impressos em bom papel e com a devida nitidez*).

Pelo serviço, seriam pagos *oitocentos mil reis, depois de concluído e entregues os exemplares*. Mas até que isso ocorresse, era preciso preparar uma prova final da impressão da obra e enviá-la ao secretário do governo para que fosse inspecionada, conforme estabelecia a cláusula quarta: "*O contratante é obrigado a remetter as ultimas provas do referido trabalho, ao Secretario do governo, para por elle serem revistas e revizadas, e não poderá imprimil-as sem que tenham sido declaradas boas, e como tal por elle rubricadas.*" (Termo de Contrato 1873 a 1879 - 01).

Apesar do detalhamento do contrato, não é possível assegurar que a impressão das obras do Capitão Bacharel João Ribeiro da Silva Junior tenha inaugurado na província amazonense uma fase de produção de livros escolares patrocinados pelo Estado.

A consulta aos regimentos escolares do período em estudo forneceu uma sinalização daquilo que poderíamos considerar uma política de incentivo à elaboração de livros escolares por parte dos professores.

No *Regulamento n° 42*, promulgado em 14 de dezembro de 1881, foram estabelecidas recompensas aos professores que mais se distinguiram na sua atuação profissional. Dependendo do critério de merecimento, os professores poderiam ser recompensados com uma *Menção honrosa em documentos oficiais*; um *Titulo honorário de membro do Conselho de Instrução*; uma *Gratificação adicional da 4ª ou da 3ª parte do ordenado*; ou com o recebimento de uma *jóia de 200\$000 a 2:000\$000 réis* (Art. 109). Tempo de serviço e ficha funcional isenta de qualquer repreensão ou punição eram critérios de distinção utilizados no momento de decidir quais professores teriam direito ao recebimento de uma das três primeiras recompensas acima mencionadas. No entanto, a última e mais

importante recompensa estabelecida no artigo 109 seria conferida apenas ao professor que publicasse "[...] *alguma obra moral, litteraria ou scientifica, original ou traduzida, que tenha por fim a instrucção ou a educação.*" (Art. 112).

A composição ou tradução de compêndios ou obras concernentes à instrução pública permanece no corpo do *Regulamento n° 47* (28 de março de 1883) como um dos critérios de distinção dos professores em condição de receberem recompensas do Estado (art.116). Diferentemente do regulamento anterior, as recompensas previstas para os professores autores de livros escolares seriam de duas ordens: prêmios pecuniários e / ou gratificações de mérito. No caso de concessão de gratificação de mérito, além de ter 15 anos de magistério e ser autor de alguma obra útil *sobre as matérias de ensino das aulas primarias*, o professor deveria atender, ao mesmo tempo, a outros critérios de distinção, tais como: *assiduidade, moralidade, confiança publica de sua aula*, entre outros (art.115 e 116). Quanto aos prêmios pecuniários, o Regulamento nos informa que "*Por instruções especiais se regulará o procedimento que deve observar-se para o exame das obras e estabelecer o justo preço com que devem ser premiadas.*" (art.112).

Além de estimular a produção local de livros escolares pela via da gratificação ou da premiação de professores que atendessem a esse chamamento, o governo provincial acenava também com a possibilidade de patrocinar a impressão de algumas obras escolares que fossem de interesse para o ensino da Província. Tal possibilidade foi timidamente anunciada já no *Regulamento n° 47*, ao definir como uma das incumbências do *Conselho Fiscal de Instrução* a emissão de parecer *Sobre o programma das obras que o Governo pretenda fazer compor e imprimir para uso das escolas primarias, e merecimento das que, compostas segundo o programma forem submettidas á sua apreciação.* (§3° do art. 265).

A novidade estabelecida no *Regulamento 47* e a ausência de uma regulamentação mais clara sobre o assunto criaram situações interpretativas bastante distintas em relação aos procedimentos e atribuições que cabiam às partes envolvidas nas etapas de composição, avaliação e escolha das obras a serem impressas com apoio do governo provincial.

Apesar de possíveis equívocos de interpretação que esse dispositivo poderia suscitar, ele reaparece no *Regulamento n° 56*, de 17 de março de 1886, sem sofrer nenhum tipo de ajuste ou modificação na sua redação.

Mas qual foi a repercussão dessas medidas tomadas pelos dirigentes da instrução pública com o propósito de estimular a produção local de livros escolares?

O estado atual das fontes não nos permite alcançar respostas tão precisas. Considerando as informações que nos chegam pela documentação disponível, encontramos, para toda a década de 80, apenas oito correspondências de professores encaminhando suas obras à apreciação do Conselho da Instrução Pública (Quadro 1). Esse dado deve ser tomado apenas como uma amostra daquilo que estava sendo produzido pelos professores amazonenses em termos de livros escolares e não como expressão fiel de toda a produção didática decorrente das medidas de incentivo adotadas pelo Estado.

A partir da última década do oitocentos, essas medidas de incentivo à produção local de livros escolares, que vinham sendo anunciadas nos regulamentos da instrução pública dos anos 80, deixaram de ser mencionadas nos regulamentos promulgados. Não há como negar que isto representa uma mudança de atitude do Estado em relação ao estímulo à produção de livros escolares pelos professores. No

entanto, ao confrontarmos essa informação com outros documentos, constatamos que a despeito do silêncio dos regulamentos em relação a premiações, recompensas ou auxílio financeiro para publicação, alguns professores continuavam escrevendo suas obras escolares e o Estado concedeu auxílio para que algumas delas fossem publicadas (Quadro 2).

Independentemente da quantidade de obras que os professores do Amazonas tenham escrito e das formas adotadas pelo Estado para estimular essa produção, poderíamos nos perguntar quais teriam sido as condições tipográficas existentes naquele período e em que medida elas favoreceram ou não a materialização, em forma de livro, dessa produção.

A atividade tipográfica no Amazonas

De acordo com informações contidas no *Almanack Administrativo da Província do Amazonas para o Anno de 1874*, as três tipografias existentes em Manaus tinham como principal atividade a produção de jornais locais.

Seja por limitações técnicas, seja pelos custos envolvidos na produção, foi somente a partir da década de 70 que as oficinas tipográficas do Amazonas passaram a se dedicar à impressão de pequenos opúsculos. De acordo com Braga (1975), no ano de 1874 as prensas do *Diário do Amazonas* tornaram possível o lançamento do romance *Pai Domingos, ou o auctor de um crime nefando*; e, em 1877, dois mil exemplares da *Grammatica da Lingua Brasileira (Brasílica, Tupi ou Nheengatu)* foram impressos na oficina do *Commercio do Amazonas*. Essas informações são indicativas da incorporação de recursos técnicos e humanos que, aliados a outros fatores da conjuntura local, tornavam possível a fabricação de livros no Amazonas.

Em 1892, o segmento tipográfico do Amazonas passa a contar com os serviços da Imprensa Oficial do Estado[2]. De acordo Monteiro (1986), suas oficinas possuíam

[...] equipamento gráfico mais sofisticado que as fábricas européias, alemães, francesas e italianas produziam, e também as americanas, enriquecendo o esforço de comunicação. Linotipos, impressoras, máquinas de fabricar envelopes, da guerreetipia, equipamentos completos de encadernação, sortimento variado de fontes e matrizes de cobre, estanho e bronze, para resistir anos, realizar o que na época nenhuma casa impressora de Manaus faria em concorrência. As obras gráficas saídas das oficinas da Imprensa Oficial eram louvadas e não foram poucos os prêmios obtidos em exposições nacionais e internacionais [...] (1986, p.13).

A importação de equipamentos tão avançados, juntamente com a instalação de duas pequenas oficinas - uma de litografia e gravura (xilografia) e outra de encadernação - representou um novo impulso para a prática tipográfica amazonense. Toda essa estrutura seria capaz de produzir as mais diferentes modalidades de impressos e não somente aqueles relacionados aos atos da administração pública.

Em relação aos impressos didáticos, um anúncio freqüentemente publicado em exemplares do Diário Oficial sugere que pelo menos duas obras de professores amazonenses tenham sido produzidas em suas oficinas: *Licções elementares de Geographia (especialmente do Amazonas)*, de Goetz de Carvalho e *Licções elementares de História do Brazil*, de Carlos Pinho.

No início do século XX, a *Livraria Palais Royal*, de Lino Aguiar & C^a, destacava-se no cenário amazonense com a qualidade de seus trabalhos tipográficos exibidos nas páginas dos *almanachs*[3] que produzia e distribuía gratuitamente aos fregueses.

Maquinário moderno também possuía a tipografia da *Livraria Universal*, revelando mais um caso de vinculação do comércio de livros com a atividade tipográfica. Era mais uma tipografia que despontava como empresa suficientemente aparelhada para responder a qualquer tipo de demanda por impressos.

O emprego de equipamentos mais modernos parece ter motivado as empresas tipográficas locais a enviarem algumas de suas obras para concorrerem em exposições nacionais. No *Catálogo do Estado do Amazonas na Exposição Nacional de 1908*, é possível encontrar uma pequena amostra dos diferentes produtos com os quais o Amazonas participou da referida Exposição[4]. Além de álbuns, mapas geográficos, catálogos, revistas, plantas topográficas o Catálogo faz referência aos livros *Arithmetica Elementar e Arithmetica Elementar do Principiante*, escritos pelo *lente cathedratico de mathematica elementar do Gymnasio Amazonense*, professor Antonio Monteiro de Souza. De acordo com informações do próprio catálogo, essas obras foram premiadas (a 1^a com a medalha de bronze) na Exposição Nacional ocorrida no ano de 1904, em São Luiz, Maranhão.

O investimento na modernização das condições tecnológicas de produção de impressos não afastou totalmente a concorrência de empresas estrangeiras que percebiam o Amazonas como um possível mercado consumidor de seus serviços. Prova disso encontra-se estampada em anúncio de página inteira, publicado por uma casa editorial portuguesa no *Anuario de Manaos 1913 - 1914*. Para desconforto dos proprietários das quatro tipografias amazonenses, o anúncio divulga uma variedade de serviços *communs e de grande luxo* que a *Editora Limitada* era capaz de realizar em suas *officinas movidas pela eletricidade*.

Este dado parece ser ilustrativo do quanto a melhoria das condições gráficas observadas em alguns Estados brasileiros não foi suficiente para impedir que boa parte dos livros escolares brasileiros continuasse sendo impressa fora do País.

Considerações finais

Trabalhos mais recentes sobre a história do livro didático no Brasil têm ajudado no conhecimento mais preciso sobre esses pólos de produção que se encontravam em locais distantes da sede do governo central.

O levantamento realizado por Tambara (2002), com o objetivo de inventariar os livros destinados ao ensino das primeiras letras no Brasil durante o século XIX, nos fornece informações importantes sobre a natureza desses livros, bem como acerca da "dispersão geográfica" de sua produção, editoração e circulação. O estudo desenvolvido por Bittencourt (1993) também é bastante esclarecedor sobre as condições e o volume de produção de obras escolares em várias províncias brasileiras, tais como: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e São

Paulo. Sobre as províncias do Pará e Amazonas, a autora afirma que a produção didática do Norte do País começa com a publicação da *Cartilha Imperial*[5], editada em 1840 na cidade de Belém, mas "Vários outros livros didáticos continuaram a ser confeccionados em Belém e Manaus no decorrer do Império. É interessante observar que esta região, diferentemente de outras províncias que produziam, na maioria dos casos, obras de Gramática e de Aritmética, especializou-se em livros de Geografia." (1993, p.99). Se analisarmos os dados que conseguimos levantar sobre a os livros didáticos produzidos nas duas últimas décadas do século XIX, vemos que a publicação de livros de geografia (5), ainda que predominante, foi acompanhada pelo lançamento de obras de outras áreas disciplinares: aritmética (3), gramática (2), história do Brasil (1), desenho (1) entre outros.

Ainda que nossos dados tenham revelado a impressão de livros didáticos no Amazonas já na década de 70, foi a partir das duas décadas subseqüentes que o volume dessa produção se intensifica. Este fenômeno também foi percebido por Tambara (2002) em relação a outras regiões do país. Para ele, os anos 80 e 90 podem ser reconhecidos como o período de emergência e de consolidação de autores e editores regionais no cenário de produção do livro escolar brasileiro[6].

É possível afirmar que entre outros elementos favoráveis, dois movimentos ajudaram a impulsionar a produção de livros didáticos. De um lado, a adoção de medidas de incentivo a publicação de obras didáticas implementadas pelos governantes locais. De outro, a modernização do aparato tipográfico regionais.

Aos nossos olhos, parece correto afirmar que, do ponto de vista estrutural (ou seja, da existência de locais e de profissionais qualificados), as condições para impressão de obras escolares no Amazonas do início do século XX eram mais favoráveis. No entanto, vale contrastar esta afirmação com o dado levantado anteriormente de que foi justamente neste momento que os regulamentos de ensino deixaram de fazer menção a premiações, recompensas ou auxílio aos professores que escrevessem ou publicassem livros voltados para a instrução pública.

Por ora, talvez seja importante finalizar lembrando que "O manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível de produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material." (CHOPIN, 2002, p.14).

REFERÊNCIAS

1- Documentais

ALMANACH para 1905: brinde da livraria Palais Royal. Manaus: Lino Aguiar & C^a, 1905.

ALMANACH brinde da livraria Palais Royal para 1906. Manaus: Lino Aguiar & C^a, 1906.

ALMANACK Administrativo da Província do Amazonas para o anno de 1874. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, 1873.

AMAZONAS (Província). Lei n° 506 de 04 nov 1881. Ordena a execução do Regulamento n° 42 de 14 de dezembro de 1881 que reforma a instrução da Província do Amazonas. Manaus, 1881.

AMAZONAS (Província). Lei nº 579 de 24 de maio 1882. Approva Regulamento nº 47 de 28 de março de 1883 que reforma o ensino público da Província do Amazonas. Manaus, 1883.

AMAZONAS (Província). Lei nº 720 de 08 de maio de 1886. Approva o Regulamento nº 56 de 17 de março de 1886.

AMAZONAS (Estado). Comissão nomeada pelo Governo do Estado. *Catalogo do Estado do Amazonas na Exposição Nacional de 1908*. Manáos: [s.n], 1908.

ANUARIO de Manáos (1913-1914). Lisboa, Tip. A Editora Limitada, 1913.

Correspondências da Província do Amazonas - vários anos

Termo de Contrato 1873 / 1879 - 01

2- Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernades. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/trabalhos>. Acesso em 23 abr.2004.

CHOPPIN Alain. O historiador e o livro escolar. In: *História da Educação*, Pelotas-RS, v.6, n.11, p. 5-24, abril 2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set/dez. 2004.

COELHO, Maricilde Oliveira. Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910). São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em História e historiografia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Libros para la escuela: la primeira generación de manuales escolares. In: ESCOLANO BENITO, Agustín. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

HELLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil(sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Notas sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Belém: Cejup, 1989 v.6.

TAMBARA, Elomar. Trajetória e natureza do livro nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. In: *História da educação*. Pelotas, v.6, n.1, p. 25-52, abril, 2002.

Quadro 1. Relação dos autores e livros escolares amazonenses localizados ao longo da década de 1880

Autor/ função profissional	Título da Obra	Data do pedido de avaliação da obra ao Conselho	Indicadores do apoio oficial aos autores de livros escolares locais
Pedro Ayres Marinho, Lente do Liceu e Bacharel em Letras.	<i>Arithmetica Elementar</i>	Março 1882	
Pedro Augusto Marinho, professor de matemática da Escola Normal.	<i>Noções de Phisica, Chimica, Historia Natural e Lições de Coisas</i> <i>Arithmetica</i>	Dezembro 1883 Dezembro 1882	Em 09 de dezembro de 1882 recebeu parecer favorável à adoção nas escolas públicas do ensino primário do Amazonas.
Domingos Theophilo de Carvalho Leal, professor efetivo de filosofia da Escola Normal. Era maranhense de	<i>Compendio de noções de geographia</i>	Janeiro de 1884	

nascimento.			
Raymundo Agostinho Nery, professor público do ensino primário da Escola do Bairro dos Remédios.	<i>Compendio de Noções geraes de geographia</i>	Janeiro de 1884	
Carlos Pereira Pinho foi professor público do ensino primário, exerceu o cargo de bibliotecário da Biblioteca Provincial do Amazonas.	<i>Lições de Historia do Brazil</i>	Dezembro de 1886	No orçamento de 1887 existe a previsão de pagamento do prêmio de 1:000\$000 ao prof. Carlos Pereira Pinho, pela obra de sua composição aprovada pelo Conselho Fiscal da Instrução Pública.
João Wilkens de Mattos Meirelles, professor público de Parintins.	<i>Lições Rudimentares de Grammatica Portugueza</i> Produzida a partir de uma compilação.	Agosto de 1888	Ato do Presidente da Província, de 10 de novembro de 1888, jubilou o professor e arbitrou-lhe o prêmio de 2:000\$000 pela elaboração das Lições Rudimentares de Grammatica Portugueza, obra que foi approvada pelo Conselho Fiscal da Instrução Publica. (Corresp. da Instrução Pública, jan-dez 1888 - 09).
Bacharel Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Diretor da Instrução Pública,	<i>Compendio de Geographia</i>	Novembro de 1889	

membro do Conselho Superior de Instrução.			
---	--	--	--

Fonte: Correspondências da Instrução Pública (vários anos), Coleção de leis da Província do Amazonas, Relatórios da Diretoria da Instrução Pública (vários anos).

Quadro 2. Relação dos autores e livros escolares amazonenses localizados entre as décadas de 1890 e 1900

Autor/ função profissional	Título da Obra	Data do pedido de avaliação da obra ao Conselho	Indicadores do apoio oficial aos autores de livros escolares locais
João da Costa Guimarães, professor público do ensino primário.	<i>Novos elementos de leitura ou A esperança da juventude</i>	Novembro de 1891	
Autor não identificado.	<i>Mentor da Infancia</i>	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado.	Lei n° 109, de 20 de outubro de 1894, autoriza o Governo do Estado a mandar imprimir a segunda edição.
Goeth Galvão de Carvalho, professor do <i>Lyceu</i> e, posteriormente, lente catedrático do <i>Gymnasio Amazonense</i> .	<i>Licções Elementares de Geographia</i>	Junho de 1896	Decreto n° 134, de 07 de outubro de 1895, manda conceder a Goetz de Carvalho o auxílio de 6:000\$000, para a impressão da

			"Geographia do Amazonas"
Elesbão Alves Maya	<i>Elementos de Geographia do Brazil</i>	Dezembro de 1896	
Álvaro Arnoso de Mello Leitão	<i>Conjugação dos Verbos Irregulares da Língua Franceza</i>	Março de 1898	
Antonio Monteiro de Souza. Formou-se em odontologia e exerceu o magistério no <i>Gymnasio Amazonense</i> .	<i>Arithmetica dos principiantes</i> Obra premiada com a medalha de bronze na Exposição Nacional de 1908.	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado.	Lei nº 366, de 02 de outubro de 1901, autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000 ao prof. Antonio Monteiro de Souza, para impressão da obra "Arithmetica dos principiantes".
Salvador Carlos de Oliveira	<i>Elementos de Desenho</i>	Nenhum pedido de avaliação da obra foi encontrado.	Lei nº 520, de 18 de outubro de 1906, autoriza o Governador do Estado a conceder um auxílio de 3:000\$000 ao prof. Salvador Carlos de Oliveira, para a impressão de sua obra " Elementos de Desenho" para as escolas primárias".

Fonte: Correspondências da Instrução Pública (vários anos), Coleção de leis do Estado do Amazonas, Mensagens do Governo (vários anos).

[1] Maiores informações sobre os mesmos podem ser encontradas em Hallewell (1985). Sobre a atividade editorial da Francisco Alves, desde a sua criação até os nossos dias, ver Bragança (2004).

[2] Criada na administração do Governador Eduardo Ribeiro através da Lei nº 1, de 31 de agosto de 1892.

[3] Os Almanachs consultados são dos anos de 1905 e 1906.

[4] Os produtos enviados para a Exposição Nacional de 1908 foram classificados em várias seções (*Agricultura, Indústria Pastoral, Artes liberais*, entre outras). A seção de *Artes liberais* foi subdividida em 12 grupos, entre os quais: *Istrucção primaria, secundária, superior e technica; photographia; typographia, lithographia, phototypia, photogravura* e outros processos de impressão e reprodução; papelaria e objectos de escritório, encadernação; livros e publicações.

[5] Apesar da vinculação da Província do Amazonas com a do Pará, não conseguimos localizar registro algum de utilização desta cartilha, durante o período em estudo.

[6] O trabalho de Coelho (2004) identifica o período de 1890 a 1910 como sendo o momento de maior produção de livros escolares no Pará. Segundo a autora, neste período "[...] todas as disciplinas do ensino primário possuíam livros escolares publicados por autores paraenses, editados aqui ou em países estrangeiros. Os livros escolares com maior número de publicações foram os de gramática, leitura e moral e cívica." (p.78).